

ACTA NÚMERO 61

ACTA DA III SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE DOIS MIL E DEZ, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ _____

— Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e dez, em Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, iniciou-se a III Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos. _____

— O **Presidente da Assembleia** confirmou a **verificação de quórum**. Seguiu-se a **chamada** dos autarcas, tendo-se registado a presença dos seguintes: Carlos Alberto Salvador Pernes, Presidente da Mesa, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, Irina Nôel Matias Batista, Segunda Secretária da Mesa, José Miguel Martinho Pastoria de Azevedo, Manuel Luís Gutierres de Matos, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Sílvia Arminda Calado Frazão, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Nelson Pinheiro da Silva Lopes, Catarina Martins de Matos, Paulo Jorge Custódio Pinto, todos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, António José Bastos de Oliveira Martinho, Dora Isabel Lúcio Morgado, Sónia Patrícia da Silva Ferreira e Nuno Manuel David Ganhão Vieira, eleitos pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, Joaquim Manuel Louro Cabeça, Bernardo António Serra Palheta e Vânia Sofia Semeano Castanheiro, eleitos pelo Partido Socialista, Hélder Manuel de Oliveira Agapito, do Bloco de Esquerda e Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, eleita pelo Centro Democrático Social/Partido Popular. Estiveram, também presentes, os membros natos da Assembleia, Maria Leonor Carapinha Rodrigues Parracho Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista. Registou-se a falta inicial de Hélder Manuel de Oliveira Agapito, do Bloco de Esquerda. _____

— **Os trabalhos iniciaram-se, assim, na presença de vinte e quatro autarcas.** _____

— O **Presidente da Assembleia** chamou a atenção dos autarcas para a **documentação constante das respectivas pastas individuais**, mencionando

sumariamente a **correspondência remetida e expedida** e pôs a mesma a consulta dos autarcas. —————

— Seguiu-se a **apreciação e a aprovação da Acta da III Sessão Extraordinária da Assembleia do ano de dois mil e dez**, de sete de Junho, solicitando o Presidente da Mesa, ao plenário, a dispensa da respectiva leitura, o que foi aceite por consenso. Não foram apontadas correcções e rectificações ao teor da acta, sendo que a mesma foi votada e **aprovada por unanimidade**. —————

— O **Presidente** iniciou, então, o **Período de Antes da Ordem do Dia**, com a recepção na Mesa, apresentados por diversas forças político-partidárias com assento na Assembleia, de nove documentos, mencionando que a sua leitura deveria ser feita por cada um dos proponentes, após as intervenções iniciais dos autarcas e respectivas respostas do Presidente do Executivo Municipal. —————

— **Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveram-se os seguintes autarcas: Nelson Lopes e Dora Morgado.** —————

— **Nelson Lopes** abordou na sua intervenção os seguintes assuntos: **1.** Resposta do Chefe de Gabinete do Ministro da Administração Interna relativa à moção sobre a situação da segurança pública e da criminalidade no Município, aprovada pela Assembleia, considerando que a mesma se limitou a análise estatística que não é consentânea com a realidade existente, considerando que existe maior insegurança, a qual exemplificou com situações concretas recentemente verificadas em Samora Correia, bem como que a Assembleia deveria tomar novas medidas e voltar a confrontar o Ministro competente e o Comando Geral Da Guarda Nacional Republicana; **2.** Congratulação pela não concretização do anunciado encerramento da escola em Foros de Almada; **3.** Situação da Saúde Pública no Município, solicitando informações actualizadas sobre o processo desencadeado, uma vez que o Ministério da Saúde não cumpriu totalmente o compromisso assumido com os eleitos locais. —

— **Dora Morgado** referiu a situação de existência de uma única passadeira de peões na Avenida Vinte e Cinco de Abril, Porto Alto, freguesia de Samora Correia, sendo que na mesma via os automobilistas praticam velocidades excessivas, bem como que, na mesma localização, segundo informações que lhe haviam chegado, apenas no lado da situação do condomínio privado existente, era executada a limpeza urbana. —————

— Foi, então, dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para responder às intervenções antecedentes. —————

— Reportando-se à questão da Segurança Pública e da Criminalidade no Município, afirmou que a Câmara Municipal elaborou um relatório circunstanciado, tendo aproveitado a vinda do Ministro da Administração Interna às Comemorações do Centésimo Vigésimo Quinto Aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Benavente para o entregar ao próprio Ministro e, ainda, à Governadora Civil do Distrito de Santarém e ao seu Chefe de Gabinete. Assim, aguarda para breve o agendamento de reunião, sendo que remeterá à Assembleia uma fotocópia do dito relatório. —

— Acerca do recuo na anunciada decisão de encerramento da escola dos Foros de Almada considerou ser a situação um episódio caricato, porquanto se registou, por parte da Direcção Regional de Educação de Lisboa, em poucos dias, a inversão do sentido de decisão em concreto, tendo sido com perplexidade que foi conhecida a Resolução do Conselho de Ministros que contemplou o encerramento daquela escola. Perante isto, a Câmara Municipal reagiu imediatamente e, por meio de fax, manifestou a sua total discordância e indignação. Mais, o Presidente do Executivo Municipal, enquanto responsável da Associação Nacional dos Municípios Portugueses na Área da Educação, manifestou séria preocupação junto do Secretário de Estado, em sede do processo de negociação protocolar que entretanto decorreu, tendo-lhe sido transmitido que poderia ficar tranquilo quanto à concreta situação. Assim, pouco tempo depois, contactou com a Direcção Regional e pediu explicações, tendo-lhe sido admitido o lapso ocorrido e afirmado que não seriam necessárias diligências adicionais por parte do Município. Hoje, foi assinado o referido protocolo, entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, através do qual se fixaram, em respeito pelas Cartas Educativas vigentes, a exigência de parecer prévio e fundamentado das Câmaras Municipais, na decisão central de encerramento das escolas, bem como do cumprimento das correspondentes obrigações financeiras e outras – transporte, acção social, distância casa-escola, qualidade da escola de acolhimento, etc. – sem prejuízo da escola a tempo inteiro. —

— Sobre a última das temáticas abordadas pelo autarca Nelson Lopes, o Presidente da Câmara disse que representa a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo no Conselho Consultivo da Autoridade Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e tendo contactado o seu Vice-Presidente – que esteve presente na reunião havida entre delegação local de autarcas e Ministra da Saúde –, lembrou-o que o compromisso assumido em sede de reunião pelo Ministério não estava ainda integralmente cumprido, tendo-lhe sido oposto as novas exigências legais decorrentes

da aprovação das medidas complementares ao Plano de Estabilidade e Crescimento, nomeadamente a prévia autorização do Ministro das Finanças. Manifestou que espera que o referido Plano não seja desculpa para incumprimento do dito compromisso, não sendo tolerável que a grave situação no acesso à saúde no Município se prolongue, sendo necessário fazer a defesa dos munícipes e do seu direito ao acesso facilitado aos cuidados primários de saúde, Referiu, por fim, que entende que o anúncio do funcionamento da Unidade de Saúde Básica no Município de Coruche não pode servir de pretexto para se continuar a prejudicar seriamente as populações do Município de Benavente, em respeito do princípio da igualdade. —————

— Em resposta à autarca Dora Morgado, mencionou que a regulação do trânsito e da sinalização da via rodoviária em causa cabem à Estradas de Portugal, assegurando que a situação será alertada a tal entidade competente. Quanto à execução da limpeza urbana na mesma localização remeteu para a obtenção de informações a respeito, por parte do competente vereador municipal, afirmando que a mesma a confirmar-se é incompreensível e será corrigida de imediato. —————

— Teve, em seguida, lugar a leitura de todos os documentos feitos chegar à Mesa para discussão e votação no Período de Antes da Ordem do dia, a saber: **1.º □ Moção referente ao falecimento do escritor, Nobel da Literatura, José Saramago, propondo o cumprimento de um minuto de silêncio, a recomendação ao Executivo Municipal de atribuir o seu nome a uma via pública municipal, bem como a avaliação da atribuição do seu nome a um equipamento cultural municipal**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **2.º □ Moção de discordância com o Governo nacional quanto às medidas preconizadas no Plano de Estabilidade e Crescimento e suas medidas complementares, de solidariedade com a posição assumida pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e de exigência de uma verdadeira política de esquerda**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **3.º □ Voto de Pesar pelo Falecimento de José Saramago**, apresentado pelos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; **4.º □ Saudação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Benavente pela Comemoração do seu Centésimo, Vigésimo, Quinto Aniversário**, dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; **5.º □ Saudação às Festas do Município**, apresentada pelos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; **6.º □ Moção intitulada Falta de médicos nas Extensões de saúde do**

Porto Alto e Santo Estêvão, dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata; 7.º □ **Saudação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Benavente pela Comemoração dos seus Cento e Vinte e Cinco Anos**, dos autarcas da Coligação Democrática Unitária; 8.º □ **Voto de Pesar pela Morte do Município Emídio Baldeante Nunes, com recomendação ao Executivo Municipal de atribuição de medalha municipal a título póstumo**, dos autarcas da Coligação Democrática Unitária e 9.º □ **Saudação ao jovem município João Lopes, incentivando o aprofundamento da sua aprendizagem e aperfeiçoamento da arte da dança em que é já um talento confirmado a nível nacional**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária. —————

— O **documento** acima identificado como **1.º** foi sujeito a discussão, tendo-se registado as intervenções de **Margarida Netto** e de **Carlos Pernes**. A **primeira autarca** lamentando a morte de um ser humano, afirmou que iria votar contra um voto de pesar, de alguém que renegou a pátria, liderou o saneamento de vinte e quatro jornalistas por razões políticas e que se dizia defensor do verdadeiro socialismo, contra a democracia burguesa e os salazaristas do Centro Democrático Social, pelo que comunicou que se ausentaria da sala durante o cumprimento do minuto de silêncio proposto. O **segundo autarca** interveio nos termos regimentais, tendo-se ausentado temporariamente da Mesa da Assembleia, cuja presidência foi assumida, então, pela Primeira Secretária, e leu excerto de artigo publicado a propósito da morte de José Saramago, na última Revista Sábado, da autoria do escritor Francisco José Viegas, que citava eminentes críticos literários ingleses e norte-americanos que colocam William Shakespeare e Saramago, a par, no panteão dos maiores vultos da literatura mundial. Salientou que José Saramago não é património do Partido Comunista Português, mas sim do País. Decorreu a votação do documento, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com um voto contra da autarca do Centro Democrático Social/Partido Popular e cinco abstenções, dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Após o que o plenário da Assembleia cumpriu o minuto de silêncio aprovado.** Foram produzidas **declarações de voto** pelos autarcas **Dora Morgado, António José Martinho e Nelson Lopes**. **Dora Morgado** expressou que o conteúdo do documento discutido e votado não está de acordo com a opinião defendida pela força política que representa. **António José Martinho** transmitiu que conheceu pessoalmente José Saramago, por via familiar, relacionamento marcado pela simpatia, a qual sempre foi controversa no

seio dos seus amigos, bem como do seu partido político. Transmitiu alguns episódios peculiares ligados à obra literária de José Saramago e à sua própria produção literária, influenciados pela referida vivência familiar. Finalizou, notando que, para além da controvérsia que sempre rodeou a pessoa de José Saramago, espantando constantemente as pessoas, a verdade era que ele era um ser humano especial, de ideias consideráveis. **Nelson Lopes** considerou que o documento em causa para além da dimensão política versava sobre a dimensão humana de José Saramago, na perspectiva da grandiosidade da sua obra literária a nível mundial, assim, lamentando que o mesmo não seja aprovado por unanimidade. —————

— O **documento 2.º não foi discutido, tendo sido votado, foi aprovado por maioria, com cinco votos contra, dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e cinco abstenções, da autarca do Centro Democrático Social/Partido Popular e dos autarcas do Partido Socialista.** —————

— Acerca do **documento 3.º** interveio a autarca **Sílvia Frazão**, enquanto amiga de José Saramago e da sua família, considerou o teor do documento apresentado muito pobre, sublinhando que o escritor Nobel da Literatura foi um grande português e ribatejano. Posto a votação, **foi o documento aprovado, por maioria, com um voto contra, da autarca do Centro Democrático Social/Partido Popular.** —————

— Os **documentos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º não foram discutidos, tendo sido todos, após as respectivas votações, aprovados por unanimidade.** —————

— **Durante a leitura do documento identificado como 7.º integrou os trabalhos da Assembleia, o autarca Hélder Agapito, do Bloco de Esquerda, sendo que os mesmos decorreram até ao fim da sessão, na presença de vinte e cinco membros.** —————

— O **documento 9.º não foi discutido, tendo sido votado, foi aprovado por maioria, com uma abstenção do autarca do Bloco de Esquerda.** —————

— A Mesa da Assembleia aceitou, ainda ***Moção referente ao repúdio das consequências locais do Plano de Estabilidade e Crescimento e das suas medidas complementares***, apresentada pelo autarca do Bloco de Esquerda, o qual **não foi discutido e tendo sido votado foi aprovado, por maioria, com cinco abstenções dos autarcas do Partido Socialista e da autarca do Centro Democrático Social/Partido Popular.** —————

— Concluídas a discussão e votação dos vários documentos entregues à Mesa, o **Presidente da Assembleia** abriu o **Período de Intervenção do Público**, sendo que nenhum dos munícipes presentes tivesse manifestado vontade de intervir. —

— **Iniciou-se o Período da Ordem do Dia.** —

— **PONTO 1 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO, UTILIZAÇÃO E GESTÃO DO CENTRO CULTURAL DE SAMORA CORREIA – Fase de apreciação pública e de audiência dos interessados – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro:** —

— **Ana Carla Gonçalves, Primeira Secretária** da Mesa da Assembleia, autarca da Coligação Democrática Unitária, apresentou, por escrito, o seu **impedimento na discussão e votação do presente ponto da Ordem de Trabalhos**, o qual foi aceite pela Mesa e arquivado em pasta anexa à presente Acta, tendo os trabalhos da sessão passado a decorrer na presença de vinte e quatro autarcas. —

— Dada a palavra ao **Presidente do Executivo Municipal** este explicitou o projecto de regulamento em discussão, remetendo-se para o teor da discussão e deliberação ocorrida na Câmara Municipal. —

— **Intervieram** na discussão do presente assunto os seguintes autarcas: **Carlos Pauleta, Dora Morgado e Nelson Lopes**. O **primeiro** indicou que o projecto de regulamento suscitou-lhe a necessidade de apresentar algumas propostas de alteração que irá fazer chegar à competente Comissão Permanente da Assembleia, para eventual consideração na redacção final. **A segunda**, na qualidade de Coordenadora da dita Comissão Permanente, afirmou que certamente as questões suscitadas serão analisadas, indicando que a sua força política, assim sendo, vai, no presente momento, aprovar o projecto de regulamento, na generalidade. O **último dos autarcas** entendeu que o projecto de regulamento deve ser remetido às associações locais e às escolas e a todos quantos utilizam efectivamente o equipamento cultural. —

— **Finda a discussão, foi , por unanimidade, deliberado aprovar o projecto de regulamento municipal em título e remetê-lo para apreciação pública e audiência dos interessados.** —

— **PONTO 2 – PROPOSTA DE REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - Apreciação e eventual aprovação,**

nos termos do número um do artigo sexto da Lei número trinta e três barra noventa e oito, de dezoito de Julho: _____

— Dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, este expôs o assunto em discussão remetendo para a documentação de apoio, considerando-a como suficiente à tomada de deliberação. _____

— **Não se registou qualquer intervenção dos autarcas para discussão do ponto. Assim, foi a proposta de Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança sujeita a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.** _____

— **PONTO 3 – ELEIÇÃO DE CINCO CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE, DESIGNADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**, nos termos da alínea j) do número um do artigo quinto da Lei número trinta e três barra noventa e oito, de dezoito de Julho: _____

— O **Presidente da Assembleia Municipal** informou o plenário que a Mesa apenas tinha recebido uma lista de candidatos à eleição em causa, por parte dos autarcas da Coligação Democrática Unitária, a qual constituiria lista única. _____

— Usando da palavra, **Ricardo Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão** observou que em futuras ocasiões deveriam os nomes das pessoas constantes da lista a eleger passar pelo filtro da Comissão Permanente competente, afirmando, ademais, que não conhece quatro das cinco pessoas indicadas, assim, não podendo votar favoravelmente a lista única. _____

— **Inscreveram-se** para abordar a temática suscitada pelo último autarca interveniente, os seguintes **autarcas: Hélder Agapito, Sónia Ferreira, Bernardo Serra, Nelson Lopes, Ricardo Oliveira, Carlos Pauleta e José Pastoria.** _____

— **Hélder Agapito** questionou se a lista única havia sido previamente distribuída, o que lhe foi confirmado. _____

— **Sónia Ferreira** considerou que a Mesa deveria fazer chegar previamente a todos os membros da Assembleia, os currículos das pessoas indicadas na única lista, afirmando não conhecer quatro das cinco individualidades em causa. _____

— **Bernardo Serra** opinou que, em face da importância do órgão consultivo municipal, o Partido Socialista entendia que cada uma das forças políticas com assento no plenário da Assembleia deveria indicar uma individualidade a ser eleita. —

— **Nelson Lopes** começou por dizer que cada uma e todas as forças políticas representadas na Assembleia podiam ter apresentado listas à eleição. Passou a

manifestar concordância com as intervenções de Ricardo Oliveira e Sónia Ferreira, afirmando que reconhece a todos os nomes da lista única a necessária idoneidade, o que já não acontece em relação a alguns deles no que respeita à capacidade de intervenção activa no órgão consultivo municipal em causa. —————

— **Ricardo Oliveira** interveio novamente, propondo que o presente ponto fosse retirado da ordem de trabalhos da presente sessão e fosse feito baixar à mencionada Comissão Permanente do órgão deliberativo, a fim de se encontrar uma lista que merecesse a votação unânime dos autarcas. —————

— **Carlos Pauleta** dirigindo-se à Mesa apelou à preparação e condução objectiva dos trabalhos da sessão, entendendo que o enorme esforço traduzido no trabalho feito pela Comissão Permanente competente inviabilizava a proposta de retirada do ponto.

— **José Pastoria** apelou à votação unânime nos nomes constantes da lista única apresentada, considerou que a metodologia na sua indicação poderá ser objecto de reanálise para o futuro. —————

— **Bernardo Serra** retomou a palavra para defender que, não pondo em causa a idoneidade das pessoas cujos nomes constam da lista única, do ponto de vista democrático a melhor solução seria a admissão da proposta apresentada por Ricardo Oliveira, até porque previamente o Partido Socialista contactou o Presidente da Assembleia a fim de se alcançar lista conjunta entre todas as forças políticas representadas no plenário, o que não foi possível. —————

— Então, **Carlos Pauleta** interveio de novo para afirmar como inaceitável a colocação da questão do défice de democraticidade no método alcançado na formulação da única lista apresentada a eleição, uma vez que entende que quaisquer dos métodos alternativos já enunciados são igualmente democráticos. —————

— Cumpriu-se o intervalo de dez minutos pré-votação, entretanto, solicitado pelos autarcas da Coligação democrática Unitária, período de tempo durante o qual os trabalhos da sessão foram suspensos. —————

— Tomou, assim, a palavra, o **Presidente da Mesa** e mencionou os contactos prévios que manteve com o Partido Socialista e com o Partido Social Democrata, tendo-lhes sido esclarecido o método adoptado pela Coligação Democrática Unitária, bem como transmitindo ao plenário a posição tomada por Ricardo Oliveira a propósito do agendamento horário da presente sessão e da viabilidade do seu adiamento para outro dia, devido à realização de jogo da selecção portuguesa de futebol, a qual sendo

discordante, foi acompanhada do argumento de que caso o adiamento da sessão ocorresse, o mesmo seria levado ao conhecimento da comunicação social. —————

— Pediu a palavra para contrapor **Ricardo Oliveira**, afirmando que o Presidente da Assembleia misturou a discussão do ponto em discussão com outro assunto alheio, o que lamentou. Alegando a reposição da verdade esclareceu o teor dos contactos prévios havidos com o Presidente da Assembleia, as justificações dadas da sua parte quanto à discordância sobre o adiamento da data da sessão, por causa do dito jogo de futebol, as quais se reportaram a compromissos políticos dos autarcas já anteriormente agendados. Registou a disponibilidade dos autarcas da Coligação Democrática Unitária para alteração do método aplicável para o futuro, no que diz respeito a este tipo de eleição. —————

— O **Presidente da Mesa** confirmou a veracidade do afirmado pelo autarca, bem como da referência por ele feita à convocatória da comunicação social. —————

— Solicitou a intervenção o autarca **Hélder Agapito** que qualificou a última intervenção de Ricardo Oliveira de mesquinha, atendendo às razões que motivaram a possibilidade de adiamento da sessão. Defendeu ser mais democrático o ponto ser retirado da ordem de trabalhos e baixar a discussão à Comissão Permanente. —————

— Posto o que **decorreu o acto eleitoral em causa no presente ponto da ordem de trabalhos, por escrutínio secreto, tendo votado vinte e cinco autarcas e sido registados os seguintes resultados: treze votos a favor, cinco votos brancos e sete votos nulos. Assim, a Assembleia Municipal, por maioria, designou os seguintes cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança: Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro, de Benavente, 31 anos, psicóloga clínica; Maria José Ferreira da Silva, da Barrosa, 42 anos, técnica de análises clínicas; António José Lameiras da Silva, do Porto Alto, 61 anos, comercial; Eurico Manuel da Silva Leitão, de Samora Correia, 57 anos, aposentado e José Duarte Salgueiro, de Santo Estêvão, 56 anos, aposentado.** —————

— **PONTO 4 – PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITA NA URBANIZAÇÃO DOS ÁLAMOS, EM SAMORA CORREIA, DESTINADA A ÁREA DE CONCESSÃO DE ESPAÇO VERDE A AFECTAR A CRECHE–** Apreciação e eventual aprovação, nos termos da aliena b) do número quatro do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: —————

— Concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, foi esclarecida a finalidade da proposta que se quer ver aprovada pela Assembleia, correspondente à satisfação de uma necessidade social urgente em Samora Correia, a instalação de creche, a qual será concretizada mediante concessão a privado, sob a condição a zona exterior ao rés-do-chão de edifício a construir ser afecta a espaço de recreio. —

— O autarca **Carlos Pauleta** questionou qual seria o tipo de concessão em concreto.

— O **Presidente da Câmara** informou que se tratará de concessão do uso privativo do espaço público, sob a mencionada condição resolutiva, traduzida na celebração de um contrato administrativo. —

— **Posto o que, foi, por unanimidade, deliberado aprovar a proposta em título.** —

— **PONTO 5 – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DA BARROSA PARA A PRÁTICA DE ACTOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, nos termos da alínea s) do número DOIS do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:** —

— O **Presidente do Executivo** justificou a oportunidade da proposta reportando-se à realização de eleições autárquicas intercalares para a freguesia da Barrosa em Abril último e afirmou que a mesma respeita os mesmos critérios adoptados nas propostas anteriormente aprovadas pelo órgão deliberativo quanto às três restantes freguesias do Município. —

— Dada a palavra ao plenário interveio o autarca **Nelson Lopes** para destacar a transferência financeira de montante relevante em causa, no contexto de dificuldades sérias na economia nacional e também localmente, desejando um bom trabalho aos novos eleitos da freguesia da Barrosa, em prol da sua população. —

— **Após o que, foi, por unanimidade, deliberado aprovar a proposta em título.** —

— **PONTO 6 – ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, nos termos da alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:** —

— Concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, este reportou-se à situação financeira actual do Município, notando que se regista a diminuição da actividade económica e que as receitas arrecadas são essencialmente receitas próprias, resultantes da dinâmica municipal, em termos comparativos de menor

montante. O que, em todo o caso, não prejudicou o facto de a Câmara Municipal não registar pagamentos em atraso e ter transferido, a título de subsídios, para as colectividades locais, mais de um milhão de euros. Mencionou o défice registado entre receitas correntes e despesas correntes, situando-o em cerca de trezentos e cinquenta mil euros. Registou a diminuição nas receitas advenientes dos impostos directos incidentes sobre a actividade económica da construção imobiliária. —————

— Mais, tranquilizou quanto ao futuro próximo e fez referência ao Plano de Austeridade governamental e às suas concretas medidas de redução das transferências para o Município, passando por cortes ao nível das transferências do Orçamento do Estado bem como pela alteração quanto às regras referentes às transferências para o Serviço Nacional de Saúde, quanto a estas sem estar ainda esclarecida a forma em concreto aplicável quanto aos municípios cumpridores como é o caso de Benavente, sendo, em todo o caso inaceitável, o duplo pagamento. Tudo criou uma maior pressão sobre a capacidade de endividamento do Município junto dos bancos não esgotada, sendo que as regras jurídicas vigentes prejudicam claramente os municípios que nos últimos anos não se endividaram, antes beneficiando os outros. E obriga a Câmara Municipal a limitar a acção perspectivada, sendo necessário a breve trecho reverem-se os instrumentos financeiros, bem como um grande esforço diária de contenção de despesas. Tais limitações nunca prejudicarão o apoio às populações locais, nas suas necessidades básicas de vida. —————

— Referiu os montantes das receitas totais, das despesas totais e do saldo verificado.

— **Inscreveram-se para discutir** o presente ponto, os autarcas **Dora Morgado, Sónia Ferreira, Hélder Agapito, Nuno Vieira, Nelson Lopes e Bernardo Serra.** —

— **Dora Morgado** questionou quanto aos trabalhos de repavimentação na Rua dos Operários Agrícolas, na freguesia de Samora Correia e retomou a questão da conclusão do alcatroamento da Estrada dos Arados, na mesma freguesia. —————

— **Sónia Ferreira** reportou-se ao conhecimento de alguns problemas quanto à distribuição de água no Município, a cargo da empresa Águas do Ribatejo, nomeadamente que quando esta empresa é confrontada com as queixas dos munícipes nada tem feito para resolver os seus problemas ou, pelo menos, lhes tem dado qualquer satisfação. Afirmou que os cortes de água têm sido feitos sem que se verifique o cumprimento dos horários anunciados, tanto para interromper como para retomar o abastecimento. Também não são prestados os cabais esclarecimentos úteis a quem solicita os serviços da empresa, registando-se reclamações devidas à falta de

pressão da água, às descontinuidades de abastecimento de água, a água, por vezes vem imprópria para consumo ou mesmo imprópria para utilização (caudal a sair das torneiras cinzento acompanhado de vários depósitos de resíduos). Estão em causa a sanidade, a higiene e a segurança públicas, as quais não podem ser descuradas. Assim, solicitou que a Câmara esteja mais atenta às ocorrências registadas e que peça à referida empresa que redija, com urgência, o relatório da qualidade da água do segundo trimestre do corrente ano. _____

— **Hélder Agapito** reconheceu o bom trabalho que o Executivo tem na acção social, alertando para que o mesmo deve continuar, dando-se especial atenção às famílias que num passado recente viviam em condições financeiras normais e que, entretanto, por força da crise económica nacional, reverteram nesse *status quo* e que, por vergonha social, escondem a seriedade da sua real vivência familiar. _____

— **Nuno Vieira** interveio acerca do risco de incêndios que sobe exponencialmente durante o Verão que se aproxima, indicando que quatro incêndios em cada cinco têm causas humanas e que comportamentos negligentes, tais como fumar em florestas e acender fogueiras, são responsáveis pela maior parte dos incêndios florestais. Notou que a Câmara Municipal já colocou a circular um mapa de prevenção de incêndios, contudo, interrogou quanto aos locais em que se disponibilizará a informação aos munícipes. Interrogou quanto à eficácia de campanhas de sensibilização pelas Escolas, creches e locais públicos. Questionou quanto ao que tem sido feito em matéria de prevenção junto da sociedade civil, nomeadamente zonas rurais. Propôs que a Câmara Municipal faça um tipo de campanha mais visível, principalmente nas zonas rurais, junto dos agricultores e até mesmo nas escolas, a fim de preparar melhor os homens de amanhã. _____

— **Nelson Lopes** abordou os seguintes temas: _____

— - Ponto de situação quanto à Moção, aprovada unanimemente, quanto à sinistralidade rodoviária na Estrada Nacional Cento e Dezoito, no troço entre o Porto Alto, freguesia de Samora Correia e Alcochete; _____

— - Congratulação pelo anterior Parque de Campismo Camarinhas ter sido convertido em Parque de Actividades Escotistas; _____

— - Congratulação pela efectividade de funcionamento da Assembleia Distrital, almejando um bom funcionamento futuro e grande determinação dos autarcas que a integraram, o que será, entre outros, em benefício, da Colónia Balnear da Nazaré; _____

— - Informação acerca da pretensão governamental de criação dos super-agrupamentos de escolas; _____

— - Menção que a sensibilização para a questão do risco de incêndios florestais no Verão já decorre, devendo ser reforçada e nota relativa à oposição séria a actos de vandalismo sobre património público local, implicando custos elevados a suportar pelas autarquias competente, mediante apelo a ocorrer junto do público em geral e das escolas, em particular. _____

— **Bernardo Serra** regozijou-se por ter recentemente tido conhecimento da existência no Município de um Grupo de Forcados Amadores, único no que respeita ao seu grupo feminino que tem dado cartas boas por todo o país, divulgando o nome da sua terra. Solicitou especial atenção do Executivo à sua reivindicação de disponibilização de instalações para sede social. _____

— O **Presidente da Câmara Municipal** passou a responder aos intervenientes. _____

— Referiu que a repavimentação da Rua dos Operários Agrícolas, em Samora Correia está ligada ao projecto de construção da circular externa à cidade, com candidatura e apoios do Quadro de Referência Estratégico Nacional, estando-se a finalizar o respectivo projecto, para se seguir o procedimento concursal. Quanto à situação nos Arados não se comprometeu com a realização da obra, uma vez que será fundamental aceder a fundos comunitários, sendo necessário avaliar em concreto.

— Sobre a intervenção referente ao funcionamento deficitário da empresa intermunicipal Águas do Ribatejo, destacou que a Câmara Municipal tem procurado estabelecer uma ligação estreita e permanente com a sua estrutura profissional, registando-se já algumas melhorias em concreto. Informou que as limpezas de depósitos e redes com cortes previamente anunciados têm cumprido os horários publicitados. Registou, em alguns casos, um má avaliação do tempo necessário à execução das intervenções. Justificou com pior aspecto da água com o aumento da dosagem de cloro nas redes, o que originou reacção com a película de revestimento da tubagem, desprendendo-a, assegurando que nunca esteve em causa a saúde pública. Evidenciou como situação mais problemática, Vila Nova de Santo Estêvão, tendo-se verificado o rompimento dos filtros do furo de captação, originando resíduos na água, sendo urgente a abertura de novo furo. Defendeu que o projecto empresarial intermunicipal continua a ser o melhor no âmbito da prestação do serviço essencial em causa, devendo continuar-se a limar arestas pontuais de funcionamento, nunca deixando-se de considerar que a empresa é dos Municípios associados e de todos os

seus munícipes. Apresentou disponibilidade, caso se tivesse por necessário, para agendar-se reunião entre representantes da Assembleia e dos órgãos sociais da empresa intermunicipal. _____

— Quanto à acção social prestada pelo Município reconheceu a realidade descrita pelo autarca interveniente, esclarecendo que as dificuldades financeiras das famílias surgem, desde logo, ao nível do pagamento das rendas das suas habitações, passando a incumprir, sendo sujeitas a notificações e acções de despejo por parte dos proprietários dos imóveis. Informou que o Executivo está perto do limite da sua capacidade financeira para a garantia deste tipo de apoio, orçados em cerca de dez mil euros mensais, o que entendeu dever passar por uma melhor ligação com o Instituto Nacional da Habitação, no âmbito do Programa PROHABITA, sendo que os seus responsáveis já admitiram não existir capacidade financeira para celebrarem-se os acordos quantos aos restantes fogos que o Município já viu aprovados. _____

— Sobre os riscos de incêndios florestais no Verão mencionou o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Riscos de incêndios e que a política municipal de prevenção tem implicado a actuação directa no terreno a fim dos objectivos serem definidos muito claramente, a saber, para o corrente ano, almeja-se que não ardam mais de dois hectares no Município, o que exigirá, ainda, mais trabalho ao nível da limpeza das matas, dos aceiros nos caminhos, da notificação, para tais efeitos, dos proprietários privados. _____

— No que respeita ao solicitado ponto de situação quanto à Moção referente à sinistralidade rodoviária no troço da Estrada Nacional Cento e Dezoito disse que está implantado plano de contingência, com a melhoria da sinalização horizontal e vertical. Informou que não se perspectiva a construção de rotunda nesse troço em ligação à Estrada nacional Cento e Dezanove e que está em curso um projecto relativo a locais de ultrapassagem, de forma a corrigiram-se alguns pontos negros. Na restante parte da rodovia nacional está previsto, em Benavente, a construção de três rotundas e substituição de pavimentos. Quanto às variantes externas a Samora Correia e a Benavente, a primeira está projectada e será executada através do acesso a fundos comunitários; já a segunda ante a impossibilidade de acesso aos mesmos fundos não se perspectiva breve a viabilidade do lançamento da obra. Mais, informou que havia ocorrido no dia da sessão uma reunião com a equipa do Plano Estratégico para suporte a candidatura ao Plano Operacional Vale do Tejo, serem estudadas as dinâmicas de acessibilidades que se criaram no Município com a construção do Novo

Aeroporto Internacional de Lisboa nas proximidades, vincando a necessidade absoluta de serem construídas variantes aos principais aglomerados urbanos. —————

— A este passo **o Presidente da Assembleia, nos termos regimentais, solicitou ao plenário, a aprovação quanto à continuação dos trabalhos após as vinte e quatro horas, o que foi aceite, por unanimidade.** —————

— **O Presidente da Câmara Municipal** prosseguiu na sua intervenção informando que tem acompanhado, em sede da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o processo de decisão governamental de encerramento de algumas escolas por todo o país e que foi na presente data celebrado um protocolo regulando tais decisões. A questão dos super-agrupamentos escolares não foi ainda objecto de discussão na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, sendo que serão agendados o estudo pormenorizado das suas implicações – para os municípios, para as famílias, para as escolas, para os alunos, etc. – e subsequente discussão e tomada de posição para breve. —————

— Sobre os actos de vandalismo contra o património local entendeu dever ser feito o apelo em escolas e até no Boletim Municipal. —————

— Quanto à instalação da sede social do Grupo de Forcados Amadores de Benavente afirmou que até ao presente não tem surgido qualquer hipótese de satisfação dessa reivindicação, estando-se atentos. —————

— Usou, ainda, da palavra a autarca **Dora Morgado** que considerou extemporânea a intervenção de Bernardo Serra no presente ponto da ordem de trabalhos, uma vez que a competente Comissão Permanente já havia consensualizado levar tal questão à discussão nessa sede, aproveitando a oportunidade para informar que no passado dia dezassete do corrente mês, a mesma Comissão reuniu com as colectividades locais a fim de as auscultar no processo de preparação de Seminário sobre o Associativismo Local que se perspectiva realizar no próximo mês de Setembro. —————

— **Seguidamente, o Presidente da Assembleia dispensou a presença dos membros da Câmara Municipal, deu por terminada a discussão da Ordem do Dia e anunciou que se iria proceder-se à votação das minutas das deliberações dos Pontos Um, Dois, Três, Quatro e Cinco da Ordem de Trabalhos, as quais foram aprovadas, por unanimidade.** —————

— Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente sessão, às zero horas e vinte minutos do dia trinta de Junho de dois mil e dez, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente **Acta, que apreciada por**

todos os membros, foi posta a votação e aprovada, por unanimidade, sendo rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal. —

A Primeira Secretária

O Presidente,

A Segunda Secretária
